



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

CAMPUS CERRO LARGO

CURSO DE AGRONOMIA

LUANA GARCIA MACHADO

**AUTOCONSUMO E POLÍTICAS PÚBLICAS: ESTUDO NO MUNICÍPIO DE
SALVADOR DAS MISSÕES-RS**

CERRO LARGO - RS

2019

LUANA GARCIA MACHADO

**AUTOCONSUMO E POLÍTICAS PÚBLICAS: ESTUDO NO MUNICÍPIO DE
SALVADOR DAS MISSÕES-RS**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Agronomia da Universidade Federal da Fronteira Sul *Campus* Cerro Largo, como parte das exigências do Curso de Graduação em Agronomia, para aprovação na disciplina de TCC II.

Orientador: Prof. Dr. Evandro Pedro Schneider

CERRO LARGO - RS

2019

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Machado, Luana Garcia

Autoconsumo e políticas públicas: estudo no Município de Salvador das Missões-RS / Luana Garcia Machado. -- 2019.

45 f.

Orientador: Dr. Eng. Agr. Evandro Pedro Schneider. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Agronomia, Cerro Largo, RS , 2019.

1. Agricultura. 2. Subsistência. 3. Desenvolvimento rural. 4. Pronaf. I. Schneider, Evandro Pedro, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

LUANA GARCIA MACHADO

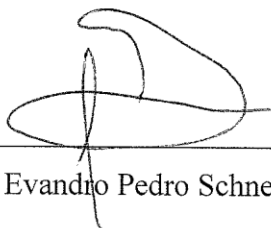
AUTOCONSUMO E POLÍTICAS PÚBLICAS: UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE SALVADOR
DAS MISSÕES-RS

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Agronomia da Universidade Federal da Fronteira Sul.

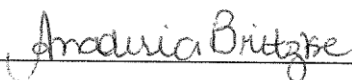
Orientador: Dr. Evandro Pedro Schneider

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em: 04/12/2019

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Evandro Pedro Schneider - UFFS



Lic. Ciências Biológicas Anadesia Britzke - URCAMP



Me. Vanderlei Franck Thies - UFRGS

AGRADECIMENTOS

Agradeço minha família, que independente das circunstâncias, sempre esteve ao meu lado incentivando e apoiando. Em especial a minha mãe Cândida, ao meu pai Antônio, minhas irmãs Roseare e Tainara, e ao meu namorado Leonardo.

Estendo meu agradecimento a todos professores que tive ao longo da graduação, principalmente ao meu orientador, Prof. Dr. Evandro Pedro Schneider, pelos conselhos que contribuíram para o desenvolvimento desse trabalho.

Mas o que é da vida sem amigos? Agradeço aos amigos(as) e companheiros(as) que abraçaram meus sonhos e ideais, apresentando-me a FEAB no ano de 2015 e tornando essa pequena trajetória mais palpável, Félix, Tábata, Edith e Víctor. Agradeço ao companheirismo das amigas Fernanda e Bruna, que independente da distância sempre fizeram o possível para estarem perto, afinal, o que um coletivo feminista une dificilmente alguém consegue separar.

Deixo meu agradecimento ao Vanderlei que propiciou o desenvolvimento desse trabalho e que, muito antes da parceria formada, fez parte do meu crescimento através de cursos em movimentos sociais que contribuíram para elucidar meu papel enquanto indivíduo e futura profissional.

A Universidade propiciou bons momentos e muitas experiências, participação em movimentos sociais, participações em comissões e conselhos, eventos, diretórios, etc. que foram cruciais para formação e visão de mundo que tenho hoje. Registro minha gratidão a todas pessoas que de alguma forma fizeram parte dessa curta trajetória e não foram citadas. Espero conseguir sanar a dívida que carrego em minha consciência e dar retorno à sociedade da melhor forma possível.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo desenvolver uma análise longitudinal sobre as políticas públicas e suas implicações na produção para autoconsumo no Município de Salvador das Missões, por meio de dois bancos de dados, gerados nos anos de 2002 e 2017, respectivamente. A metodologia utilizada caracteriza-se como qualitativa-quantitativa e advém dos questionários aplicados a 58 famílias, por meio de entrevistas. A estrutura de perguntas considerou cinco eixos principais, possibilitando análise estratificada das variáveis idade, sexo, tamanho das propriedades, principais cultivos destinado ao autoconsumo e políticas públicas acessadas. Os resultados apontam diferenciações no núcleo familiar, diferenças nos principais cultivos voltados ao consumo familiar e na distribuição de tamanhos em área das propriedades. A avaliação em conjunto das políticas públicas e a presença de horta e pomar para autoconsumo apresentam interação sobre o recebimento de benefícios como aposentadoria, pensão, auxílio doença, bem como, aposentadoria e pensão associadas, as quais, detêm maior frequência em comparação as propriedades que não apresentam indivíduos beneficiados.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Subsistência. Desenvolvimento rural. Pronaf.

ABSTRACT

The present study aims to develop a longitudinal analysis on public policies and their implications for self-consumption in the Municipality of Salvador das Missões through two databases, generated in the years 2002 and 2017 respectively. The methodology used is characterized as qualitative-quantitative and comes from the questionnaires, applied to 58 families, through interviews. The structure considered five main axes, enabling stratified analysis of the variables of age, gender, size of properties, main crops destined for self-consumption and public policies accessed. The results indicate differences in the family nucleus, differences in the main crops focused on family consumption and in the distribution of sizes in the area of the properties. The joint evaluation of public policies and the presence of vegetable garden and orchard for self-consumption shows interaction on receiving benefits such as retirement, pension, sickness assistance, as well as, associated retirement and pension, which, have a higher frequency compared to properties that do not have benefited individuals.

Keywords: Family farming. Livelihood. Rural development. Pronaf.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição de frequência entre famílias e tamanho das propriedades dos bancos de dados de 2002 e 2017, Salvador das Missões, 2019.....	19
Tabela 2 - Distribuição de frequência entre o número de indivíduos e tamanho das propriedades dos bancos de dados de 2002 e 2017, Salvador das Missões, 2019.	21
Tabela 3 - Distribuição de frequência das idades dos indivíduos residentes dos bancos de dados de 2002 e 2017, Salvador das Missões, 2019.	22
Tabela 4 – Distribuição de frequência das principais olerícolas produzidas em horta nos anos de 2002 e 2017, Salvador das Missões, 2019.	23
Tabela 5 - Distribuição de frequência das olerícolas produzidas em horta nos anos de 2002 e 2017, Salvador das Missões, 2019.....	24
Tabela 6 – Distribuição de frequência das frutíferas produzidas em pomar nos anos de 2002 e 2017, Salvador das Missões, 2019.....	25
Tabela 7 – Distribuição de frequência das frutíferas produzidas em pomar do banco de dados de 2017, Salvador das Missões, 2019.....	25
Tabela 8 - Distribuição de frequência da transformação caseira de produtos em 2002 e 2017, Salvador das Missões, 2019.....	27
Tabela 9 - Distribuição de frequência do cultivo de pastagens em 2002 e 2017, Salvador das Missões, 2019.	28
Tabela 10 - Distribuição de frequência do cultivo de soja, milho e trigo em 2002 e 2017, Salvador das Missões, 2019.....	29
Tabela 11 – Distribuição de frequência do acesso a custeio e investimento e tamanho das propriedades dos anos 2002 e 2017, Salvador das Missões, 2019.....	31
Tabela 12 - Distribuição de frequência entre a presença de horta e pomar e acesso a financiamento ou empréstimo nos anos de 2002 e 2017, Salvador das Missões, 2019.....	34
Tabela 13 – Distribuição de frequência sobre a presença de horta e pomar e acesso ao PAA e PNAE do banco de dados de 2017, Salvador das Missões, 2019.....	35
Tabela 14 – Distribuição de frequência do tipo de benefício e tamanho das propriedades dos anos de 2002 e 2017, Salvador das Missões, 2019.....	36

Tabela 15 – Distribuição de frequência entre a presença de horta e pomar e o recebimento de benefícios dos anos de 2002 e 2017, Salvador das Missões, 2019 37

Tabela 16 – Distribuição de frequência entre a presença de horta e pomar e os beneficiários do banco de dados de 2002, Salvador das Missões, 2019 37

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
1.1	OBJETIVOS	9
1.1.1	Objetivo geral	9
1.1.2	Objetivos específicos	9
2	REFERENCIAL TEÓRICO	10
2.1	POLÍTICAS PÚBLICAS, AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA E AUTOCONSUMO.....	10
2.2	SALVADOR DAS MISSÕES-RS	15
3	METODOLOGIA	17
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	19
4.1	DIVISÃO DAS FAMÍLIAS EM CLASSES CONFORME TAMANHO DE ÁREA DAS PROPRIEDADES.....	19
4.2	ANÁLISE DO CONJUNTO FAMILIAR.....	20
4.3	PRODUÇÃO VEGETAL DAS PROPRIEDADES	23
4.3.1	Cultivo de olerícolas e frutíferas para consumo familiar	23
4.3.2	Transformação caseira de produtos	26
4.3.3	Cultivo de pastagem para consumo animal	27
4.3.4	Cultivo de grãos	29
4.4	POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTADO	31
4.4.1	Acesso a crédito e financiamento	31
4.4.1.1	Relação com a produção para autoconsumo	33
4.4.2	Programas acessados no período de 2002 a 2017	34
4.4.2.1	Relação com a produção para autoconsumo	35
4.4.3	Benefícios sociais	35
4.4.3.1	Relação com a produção para autoconsumo	36
5.	CONCLUSÃO	38
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40

1 INTRODUÇÃO

A história agrária brasileira foi marcada por diversos conflitos políticos e sociais que culminaram em um projeto de desenvolvimento rural baseado no difusionismo produtivista voltado à mercantilização. A adoção estratégica de tecnologias especializadas e o uso intensivo da terra favoreceram à simplificação das dinâmicas da agricultura culminando na exclusão das propriedades com dinâmica familiar que, como modo de resistência, modificaram suas estratégias de reproduções econômicas e sociais.

Historicamente, a agricultura familiar sempre esteve às margens das ações do Estado brasileiro, não raro, incrementando sua fragilidade diante das opções de desenvolvimento perseguidas no país (SCHNEIDER; GRISA, 2007, p. 21). A nova trajetória, para essa categoria social, teve início com a Constituição Federal de 1988 que incitou espaços de participação social e reconheceu direitos.

Através da redemocratização do país, no decorrer da década de 1990 teve-se a criação de diversas políticas públicas voltadas à agricultura familiar, fazendo com que essa categoria, antes desassistida, passasse a compor o modelo de desenvolvimento adotado pelo país.

Parte significativa das produções científicas voltadas ao desenvolvimento rural abarcam as políticas públicas nos anos de 1970 a 2006, sendo esse o período onde o Estado mais fomentou o desenvolvimento da agricultura, tendo em vista o propósito de otimizar a implementação da tecnologia no campo e a relação indústria-mercado, que culminou na modificação da estrutura e dinâmica produtiva de diversas famílias.

No que tange a agricultura familiar, uma das tradições presentes é a produção para autoconsumo que representa a promoção de soberania e segurança alimentar, pois, quando adotada, assegura a alimentação da família durante flutuações de preços de mercado. Por ter uma ligação direta com a produção e reprodução da cultura dos povos, a produção para autoconsumo é afetada pelas mudanças provocadas no modelo de desenvolvimento da agricultura no país, entretanto, se carece ainda de informações quanto as influências das políticas do modelo adotado na produção para autoconsumo.

Na região Missões do Rio Grande do Sul temos o Município de Salvador das Missões, que tem propriedades rurais caracterizadas, majoritariamente, como familiares. Suas características históricas e quadro agrário serviram como objeto de análise dos trabalhos de dissertação de Grisa (2007) e Niederle (2007), Thies (2017) e Hammerschmitt (2018) sobre agricultura familiar, estilos de agricultura, diversidade produtiva, autoconsumo e políticas públicas, que fundamentam a proposta do presente trabalho, o qual, pretende analisar se há presença de interação entre as políticas públicas e a produção para autoconsumo.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

Compreendendo as políticas públicas como cerne do desenvolvimento agrícola e os agricultores como agentes ativos, o presente trabalho tem como objetivo realizar uma análise longitudinal de dois bancos de dados, gerados nos anos de 2002 e 2017, das políticas públicas e suas implicações na estratégia de produção para autoconsumo no Município de Salvador das Missões.

1.1.2 Objetivos específicos

- Identificar as propriedades que tem produção voltada ao autoconsumo e as propriedades que acessaram políticas públicas;
- Analisar a existência, ou não, de interação entre as variáveis autoconsumo e políticas públicas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS, AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA E AUTOCONSUMO

O Estado incentivou, e incentiva, o desenvolvimento rural através de políticas públicas específicas que se modificam através do tempo conforme a necessidade e evolução das próprias. Para Secchi (2013), as políticas públicas são a concretização e simbologia das decisões públicas, bem como o processo e atuação dessas decisões.

Todas as políticas públicas apresentam ciclos em comum. Conforme Borba Filho (2012), o elemento básico de uma política pública é a intencionalidade, através de objetivos delimitados, público-alvo, mudanças concretas da realidade e com posicionamento dos atores com poder de decisão legalmente competentes.

Durante o processo de modernização do campo, o Estado interviu em prol do desenvolvimento rural através de políticas públicas agrícolas. Mas “a modernização do setor agropecuário atingiu um número reduzido de produtores com apoio e financiamento público abundantes” (PADILHA; TRENTIN, 2013, p. 17). Neste período, algumas das principais políticas públicas foram voltadas ao crédito rural, assistência técnica e extensão rural, pesquisa agropecuária, política de comercialização e garantia de preço mínimo à agricultura. Entende-se que esse privilégio se deu devido à capacidade dessas propriedades atenderem à demanda de exportação e o processo de agroindustrialização.

Segundo Nascimento (2005), nas décadas de 1960, 1970 e 1980 privilegiaram-se grandes propriedades que ficaram ao centro do modelo agrícola proposto pelo Estado, conduzido pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Em resposta, pequenos agricultores impedidos de acessar as políticas de fomento agrícola modificaram estratégias socioeconômicas como forma de resistir no campo. Segundo Graziano da Silva (1997), houve aumento da produção de produtos primários de culturas com commodities e baixa na produção de culturas como arroz e feijão, que fazem parte da alimentação das famílias.

A constituição de políticas públicas de desenvolvimento rural para os pequenos agricultores emergiu em um conturbado período histórico de redemocratização do país, “onde forças políticas e sociais se articulavam vislumbrando interesses e direitos dentro da Constituição Federal de 1988” (SILVA, 2012, p. 2). A promulgação da CF 1988 “foi um importante marco institucional brasileiro no período de transição de um regime ditatorial para o democrático [...] representou a incorporação de anseios e demandas até então reprimidas” (BORBA FILHO, 2012 p. 69).

Segundo Fernandes (2004), o processo de modernização, assegurada pelo controle político unilateral, fez com que o desenvolvimento da agricultura fosse marcado por conflitos de classes sociais. Devido às reivindicações em oposição à hegemonia política e territorial, ocorreu o reconhecimento dos agricultores como agentes ativos, respaldados por suas readaptações do sistema produtivo e relações socioeconômicas.

Após a redemocratização do país parte dos movimentos sociais do campo colocaram a agricultura familiar como integrante na agenda das políticas públicas. A partir disso, “a pequena propriedade gradualmente conquistou seu espaço, sendo o agricultor familiar, socialmente reconhecido como categoria” (BRANDERMBURG, 2010, p. 417).

Somente no início de 1990 o termo agricultura familiar adentrou o vocabulário científico em conjunto com um processo de reavaliação do significado de desenvolvimento rural (ABRAMOVAY, 2007). Para Schneider e Cassol (2013), foi o estopim para o reconhecimento da diversidade econômica e heterogeneidade social, que fortaleceu o reconhecimento enquanto categoria social.

Desta forma, o desafio do desenvolvimento rural brasileiro se inscreveu dentro de uma lógica na qual as políticas públicas atestam, institucionalmente, a dualidade do mundo rural (ALMEIDA; MACHADO, 2009, p. 58). E isto, por sua vez, contribuiu para que o âmbito rural brasileiro apresente distinções quanto ao tipo das propriedades e suas classificações. Segundo Schneider (2010, p. 105), ao classificar as propriedades por critério de área em hectares, grosso modo, chegaremos à quatro categorias, sendo:

- Grandes proprietários tradicionais, que utilizam a terra como reserva de valor, a base de atividades extrativistas como pecuária e a silvicultura;
- Grandes proprietários de modernas empresas agropecuárias, com dedicação a agricultura de escala com produção de grãos;
- Agricultura familiar modernizada, comandados por agroindústrias dos setores de grãos, aves, suínos, tabaco e leite.
- Agricultura familiar camponesa, possuidores de pouca terra, com produção para subsistência, como mandioca e feijão.

Antes de possuir uma nomenclatura, a produção familiar era identificada sob diferentes perspectivas teóricas. Os termos campesinato, pequena produção, agricultura de baixa renda, agricultura de subsistência (SCHNEIDER, 2010) são algumas de suas identificações. A característica em comum é a vinculação ao trabalho, a terra e a família nas unidades produtivas.

De acordo com Wanderley (1996, p. 2), “agricultura familiar é aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo”. Schneider (2003) define a agricultura familiar através das suas relações sociais de parentesco e consanguinidade, ou seja, apesar da diversidade de abordagens e perspectiva teórica, pontos comuns fazem-se presentes.

Na legislação brasileira encontra-se a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, a qual, estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e define no Art. 3º, inciso I e II, que agricultura familiar é aquela em que a área do estabelecimento não pode passar de 4 módulos fiscais, com utilização predominante de mão-de-obra da própria família e com a renda familiar originada no estabelecimento agrícola.

A agricultura familiar, por meio da legislação e das lutas dos agricultores, se tornou uma categoria consagrada, capaz de abranger todas estas formas de agricultura, “baseadas na associação entre trabalho, família e produção, bem como aquelas fundamentadas nos laços comunitários de natureza étnica” (DELGADO; BERGAMASCO, 2017, p. 69).

No Brasil, as políticas e ações voltadas para a agricultura familiar tiveram início em 1995, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e, após, teve-se a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) em 1999, do Programa Garantia Safra, do Programa de Aquisição de Alimentos

da Agricultura Familiar (PAA) em 2003, Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF) em 2006, Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pronater) em 2010, Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronar), do Seguro da Agricultura Familiar (SEAF) e do Programa de Garantia de Preço da Agricultura Familiar e aquisição de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em 2009 (SCHNEIDER; GRISA, 2007; GURA et. al., 2017).

De acordo com Gura (2017, p. 2), estudos sobre as políticas públicas apontam favorecimento para permanência dos agricultores no campo, visto que “representam uma nova fonte de comercialização, aumento na fonte de renda das famílias que se dedicam a produção de alimentos além de exercerem [...] desenvolvimento regional e local”. O autor ressalva, ao mesmo tempo em que apresenta pontos positivos, apresenta pontos negativos relacionados às contradições da materialização das políticas públicas, que geram endividamento, processos de expropriação, subordinação das famílias ao mercado e alterações das práticas culturais. Buscando atender objetivos como de reprodução física, social e preservação de patrimônio, os agricultores tendem a voltar a produção ao abastecimento familiar devido condições culturais (GRISA, 2007) e estruturais (BRANDEMBURG, 2010).

A inserção das primeiras referências sobre a produção para autoconsumo partiram de Chayanov (1974) e Wolf (1976) com os termos de “consumo propriamente dito” ou “mínimo calórico”, a partir destes, Graziano (1997), Schneider (2004), Grisa (2007) e Niederle (2007) trabalharam autoconsumo na região Missões, noroeste do estado do Rio Grande do Sul e Alto Uruguai, identificando estilos de agricultura, autoconsumo e pluriatividade.

Garcia Filho (1999, p. 57) aponta o autoconsumo como toda produção consumida pela família, como a produção de “alimentos, instrumentos domésticos, artesanato, lenha, materiais para construção ou fabricação de objetos para uso da família, plantas medicinais, etc.” Grisa (2007) considera a produção para autoconsumo como uma tradição re-contextualizada, que é resultado do trabalho da família e destinada ao consumo de mesa. Desta forma, considera-se a produção para o autoconsumo um dos pilares que sustenta a reprodução social e o modo de vida colonial.

Segundo Gazolla (2004, p. 32), a produção de autoconsumo é imprescindível para a identidade dos produtores, longe de ser apenas mais uma mercadoria produzida pelo colono, é a produção e reprodução de relações sociais e expressa um saber acumulado e transmitido na socialização dos filhos.

De acordo com Cubas (2017, p. 69), é de fundamental importância a discussão sobre segurança alimentar e soberania alimentar no século XXI, pois “esses conceitos são reflexos de como os sujeitos/classes sociais se apropriam do campo”. Conforme Grisa (2007, p. 32):

Fortalecer a produção “pro gasto” na agricultura familiar é relevante não apenas por atender às necessidades alimentares das unidades familiares [...] mas pelo que representa em termos de garantia da segurança alimentar, de incremento na condição socioeconômica, da relação com a acultura, com a identidade social e a sociabilidade.

Ainda sob a análise da autora, a interação trabalho-homem-natureza garante sua existência auferida nos recursos autocontrolados. A autonomia através da produção voltada à alimentação implica na questão socioeconômica e oferta segurança em períodos de instabilidade do mercado. Gazolla (2004, p.74) destaca que, a produção para autoconsumo familiar gera autonomia produtiva e reprodutiva por manter-se internamente na unidade, fazendo com que o grupo doméstico dependa cada vez menos das condições externas à unidade de produção para se reproduzir socialmente.

Delgado e Begamasco (2017) pontuam que, a agricultura familiar mantém vínculos diretos com o mercado, que não se opõem às práticas de autoconsumo e autoprovisão do estabelecimento familiar, sendo assim complementares. Entretanto, Gazolla (2004, p. 61) considera que “houve uma fragilização na produção para autoconsumo devido ao processo de mercantilização socioeconômico dos agricultores familiares”, pois o mesmo, força a busca por alimentos externos da propriedade.

Miguel (2009, p. 35) traz a história da construção da agricultura brasileira como um objeto de estudo em aberto onde “ressente-se, ainda, a falta de estudos regionalizados ou mesmos locais acerca da história da agricultura, tanto do ponto de vista econômico como social e mesmo técnico”. Desta forma, considerando a agricultura familiar complexa, evidencia-se a necessidade do

aprofundamento de estudos sobre as políticas públicas e a interferência nas estratégias de reprodução familiar.

2.2 SALVADOR DAS MISSÕES-RS

De acordo com Risk (2016), a partir dos anos de 1889 instalou-se a política de colonização da região noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Essa intervenção compunha o processo de imigração germânica do século XIX, com fins de colonizar e fomentar agricultura e áreas pouco exploradas. Brandenburg (2010) discorre que o surgimento de organizações coloniais através das pequenas propriedades teve várias denominações de acordo com diferentes autores, como núcleos coloniais, colônias e vilas rurais, comunidades e bairros rurais, que foram responsáveis pelos primeiros espaços de sociabilidade além do núcleo familiar.

Nesse contexto, temos o Município de Salvador das Missões, fundado no dia 20 de março de 1993, localizado na Mesorregião Noroeste Riograndense, com 409,2 km de distância da Capital Porto Alegre. O município tem sua origem territorial do município de Cerro Largo e uma área de 97,4 km² (GROSSMANN, 2007). Contava com uma população estimada de 2.732 pessoas no ano de 2018. A população do último censo, em 2010, foram 2.669 pessoas, com densidade demográfica de 28,38 habitantes por quilômetro quadrado (IBGE, 2019).

De acordo com Lima (2007) até 1900 a região correspondente ao atual município era constituída por matas e os povos tradicionais eram índios e caboclos. O sistema de agricultura era de derrubada e queimada com pousio de longa duração onde utilizavam a área para cultivos de subsistência. Após esse período iniciou-se o deslocamento de populações europeias das Colônias Velhas para colonizar a região que se estendeu até meados de 1930.

Os imigrantes, ao chegarem na região, adotaram o mesmo sistema de agricultura dos povos tradicionais e consolidaram-se a partir da “policultura colonial, com produção de milho, mandioca, feijão, batata, para consumo da família e a banha como principal produto comercial, [...] com trabalho manual” (LIMA, 2007, p. 19).

Para Brandenburg (2010), foram as condições estruturais iniciais que fizeram com que os agricultores voltassem suas produções para o abastecimento familiar e, somente após sanar esta primeira necessidade vital, foi que abriam suas produções para trocas de produtos. Conterato (2008), em acordo com essa análise, apresenta que no século XX, na região das Missões, a agricultura era diversificada e voltada principalmente para o autoconsumo.

Segundo Silva (2007), em sua síntese da história agrária do município de Salvador das Missões, de 1930 a 1985 houve diversas mudanças, como intensificação da exploração dos solos e crise de fertilidade, devido a redução do tempo de pousio, aumento da produção de grãos, início do acesso a crédito subsidiado, assistência técnica e diferenciação da agricultura e agricultores. O último período, exposto pelo autor, abrange os anos de 1985 a 2007, com a intensificação do plantio direto e rotação de culturas, especialização de produção de grãos, melhoramento genético e intensificação na produção de leite, bem como, aumento do êxodo rural e diferenciação socioeconômica dos agricultores, com concentração da produção e retomada de crédito rural através do Pronaf.

Padilha e Trentin (2013) ao analisar o processo de modernização na região Missões, noroeste do Rio Grande do Sul, pontuam que o homem rural passou de uma vida pacata à uma vida dinâmica, sendo comandado pelas bolsas de valores, com constante inseguranças de preços.

Gazolla (2004) destaca que, no processo mais amplo de transformações sobre os efeitos da mercantilização foi a produção de consumo familiar, um dos fatores mais importantes para a resistência dos colonos no processo de territorialização do país. No entanto, Brandenburg (2010, p. 421) salienta que quando a sociedade se moderniza “impõe seu ritmo e seu padrão de vida ao campo, as condições de vida [...] se redefinem e a vida social em comunidade se reorganiza”, ajustando-se à racionalidade do capital. Desta forma, a partir da década de 1970, conforme Niederle (2007, p. 13), “alteraram práticas agrícolas, [...] modelos de gestão da produção, padrões de consumo, [...] princípios de sociabilidade, [...] percepções e estratégias. Em suma, modificaram-se os estilos de agricultura”.

Uma das dificuldades dos estudos que abarcam as políticas públicas no meio agrário é o entendimento e análise longitudinal dos fatos e processos sociais, ou seja, a complexidade e compreensão de suas dimensões. Neste

sentido, análises históricas são imprescindíveis para compreender a sociedade atual e suas configurações de uma forma mais próxima da realidade.

As pesquisas sobre políticas públicas são vastas, entretanto, pouco se sabe dos reflexos nas estratégias de produção para autoconsumo das famílias, desta forma, o presente trabalho tem o desafio de fazer uma análise comparativa do perfil dos agricultores de Salvador das Missões, a qual diferencia-se dos trabalhos já datados, que não tem dados suficientes para comparação.

3 METODOLOGIA

O desenvolvimento deste trabalho partiu da análise de dois bancos de dados, correspondentes aos anos de 2002 e 2017, oriundos de questionários aplicados por meio de entrevistas, que se expressam de forma quali-quantitativa, abrangendo números e questões abertas trabalhados em complementariedade.

O banco de dados do ano de 2017 é oriundo de entrevistas realizadas no mês de janeiro de 2017, com roteiro desenvolvido por Thies (2017) no projeto de pesquisa “Estilos de agricultura familiar e desenvolvimento rural no noroeste gaúcho: uma análise longitudinal”, com o objetivo de analisar os percursos históricos decorrentes de diferentes estratégias adotadas por agricultores familiares de Salvador das Missões-RS, no qual, constituiu-se a parceria para a execução deste Trabalho de Conclusão de Curso.

O projeto de Thies (2017) é embasado no projeto de pesquisa “Agricultura Familiar, Desenvolvimento Local e Pluriatividade: a emergência de uma nova ruralidade no Rio Grande do Sul (AFDLP)” desenvolvido no ano de 2002. Realizado pelos professores Sergio Schneider, Flávio Sacco dos Anjos e colaboradores, objetivando analisar comparativamente as dinâmicas da agricultura familiar em quatro regiões do estado (Regiões Sul, Missões, Alto Uruguai e Serra Gaúcha), que é provedor do segundo banco de dados que será utilizado para a análise neste trabalho.

Thies (2017) embasou a construção do questionário pela análise dos outros projetos de pesquisa desenvolvidos no ano de 2002 e fez ajustes em testes de campo no ano de 2017. As variáveis estão organizadas em sete blocos gerais, sendo: “a unidade doméstica, a estrutura fundiária, a estrutura produtiva,

o valor gerado, o ambiente social e econômico local, aspectos sociais e políticos, as políticas públicas e o papel do Estado” (THIES, 2017, p. 70). A aplicação deu-se pelo método de amostragem sistemática por comunidade, totalizando 58 questionários, que abrangem cerca de 10% do total de estabelecimentos agrícolas do Município.

Para o desenvolvimento da presente pesquisa foram considerados os blocos que possibilitam análise da relação entre autoconsumo e políticas públicas, sendo eles: unidade doméstica, estrutura produtiva e políticas públicas e o papel do Estado.

No bloco unidade doméstica as variáveis contempladas foram a idade e sexo biológico dos indivíduos que compõem o núcleo familiar. De acordo com a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências, a Lei nº 12.852 de 05 de agosto de 2013, que institui o estatuto da juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens e a Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003, que dispõe sobre o estatuto do idoso e dá outras providências, as faixas de idade são divididas em cinco classificações, sendo: crianças até 12 anos, adolescentes de 12 a 18 anos, jovens de 18 até 29 anos, adultos de 30 até 59 anos e idosos com idade superior a 60 anos.

No bloco da estrutura produtiva as variáveis analisadas correspondem aos principais cultivos destinados ao autoconsumo e área correspondente na propriedade. Devido ao histórico de divisão de terras em 25 ha durante colonização e a heterogeneidade das propriedades do Município Salvador das Missões, para melhor visualização dos resultados, em conformidade com Schneider (2010), Abramovay (2000) e Hammerschmitt (2018), as famílias de acordo com o tamanho da área total em hectare das propriedades foram enquadradas em classificações diferentes, sendo: famílias residentes em propriedades com área menor que 6,2 ha, entre 6,2 ha e 12,5 ha, entre 12,5 ha e 25 ha, entre 25 ha e 37,2 ha, entre 37,2 e 50 ha e maior que 50 ha.

No bloco das políticas públicas e o papel do Estado foram analisadas as principais políticas públicas acessadas, como o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e benefícios sociais, e a interação com os resultados provenientes do bloco da estrutura produtiva.

As análises foram realizadas a partir do teste de frequência utilizando o Software de Análise Statistical Package Science for Windows (SPSS).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 DIVISÃO DAS FAMÍLIAS EM CLASSES CONFORME TAMANHO DE ÁREA DAS PROPRIEDADES

Esta seção tem como objetivo analisar o bloco da unidade doméstica através de seu comportamento e alterações ocorridas no decorrer de 2002 a 2017 considerando o tamanho de área em hectare em classes sobre a frequência de número de famílias participantes da pesquisa.

No banco de dados de 2002, a classe que apresenta maior frequência de famílias são as propriedades que abrangem o tamanho em área de 12,5 até 25 ha, correspondendo a 41,4% do total de 58 famílias. A menor frequência é observada na classe com área de 37,2 até 50 ha, correspondendo a 3,4%.

No banco de dados de 2017, a distribuição das famílias se deu de forma heterogênea, sendo que a classe que comporta maior número é a que apresenta área de 12,5 até 25 ha, com 31,0%; e a classe com menos famílias é a que compreende área de 37,2 até 50 ha, com 5,2% do total de 53 famílias.

Tabela 1 - Distribuição de frequência das famílias e tamanho das propriedades dos bancos de dados de 2002 e 2017, Salvador das Missões, 2019.

ha	2002		2017		Variação	
	Nº	Frequência	Nº	Frequência	Nº	Frequência
<6,2	3	5,2%	4	6,9%	1	1,7%
6,2 - 12,5	14	24,1%	13	22,4%	-1	-1,7%
12,5 - 25	24	41,4%	18	31,0%	-6	-10,4%
25 - 37,2	11	19,0%	9	15,5%	-2	-3,5%
37,2 - 50	2	3,4%	3	5,2%	1	1,8%
> 50	4	6,9%	6	10,3%	2	3,4%
Total	58	100,0%	53	91,3%	-5	-8,7%

Fonte - Elaborado pelo autor

A divisão das famílias considerou a área total das propriedades e, desta forma, 5 propriedades em 2017 não foram computadas devido a área total ser nula. São casos de migração para cidade ou distrito rural.

A partir desses resultados, podemos perceber que houve redução no número total de famílias e que a classe que comporta maior frequência, em ambos os bancos, continua sendo a que detém tamanho de propriedade de 12,5 até 25 ha, mesmo havendo redução de 10,4%; e ainda que, houve aumento de 3,4% na frequência de famílias com propriedade com área maior que 50 ha.

A área que abrange o Município de Salvador das Missões, região noroeste do Rio Grande do Sul, fez parte do processo de colonização europeia (MOTTER, 2015), a qual, a organização de acesso à terra foi mediada por companhias privadas de colonização com divisão de lotes de 25 ha e a aquisição concedida era de no máximo um lote por família (MACHADO et. al., 2016). O fato da colonização europeia pode ser observada em ambos os anos de pesquisa, porém a característica da divisão de terras em lotes de 25 ha faz-se presente somente no banco de dados do ano de 2002 pois, no decorrer dos anos, podemos perceber a heterogeneidade e aumento na área total das propriedades pertencentes as famílias, demonstrando concentração de terras e modificação na estrutura fundiária.

Como citado no banco de dados de 2017, teve-se a construção da barragem hidrelétrica São José, inserida no rio Ijuí, sob área de domínio dos Municípios de Cerro Largo, Mato Queimado, Rolador e Salvador das Missões, a qual atingiu diversas propriedades devido o alagamento. Segundo Stefanello et. al (2015, p. 2261), ao aplicar análise temporal na área da barragem verificou-se o “alagamento de aproximadamente 1026 ha de lavouras produtivas, 310,7 ha de campo nativo, 458,5 ha de pastagens e 646,06 de vegetação florestal nativas. Das famílias atingidas pelo alagamento teve-se tanto casos de aquisição de novas terras como também de abandono das atividades e migração para centros urbanizados.

4.2 ANÁLISE DO CONJUNTO FAMILIAR

Ainda sobre o bloco da unidade doméstica, esta seção objetiva observar a diferenciação no número de indivíduos e faixa de idade considerando a divisão em classes de tamanhos de área em hectare das propriedades pertencentes as famílias e o gênero dos respectivos indivíduos.

O banco de dados de 2002 apresenta o total de 249 indivíduos computados, residentes nos estabelecimentos, distribuídos em 58 famílias. A maior frequência de indivíduos encontra-se na classe das propriedades com área de 12,5 até 25 ha, representando 35,7% do total e, a menor frequência na classe das propriedades com área de 37,2 até 50 ha, correspondendo a 2,0% do total. Ao total dos indivíduos 54,6% eram homens e 45,4% mulheres, o que demonstra predominância masculina.

No banco de dados de 2017, os números de indivíduos que compõe os conjuntos familiares totalizaram em 173 residentes em 53 propriedades, com as mulheres representando 51% e os homens 49%. A maior frequência de indivíduos encontra-se na classe das propriedades com área de 12,2 a 25 ha, que corresponde a 20,5% do total e, a menor frequência na classe das propriedades com área de 37,2 até 50 ha, correspondente a 3,2%.

Com isso, percebe-se redução de 30,5% do número total dos residentes, com maior variação na classe das propriedades com área de 12,5 até 25 ha, de 15,2%, além de aumento na porcentagem de mulheres.

Tabela 2 - Distribuição de frequência do número de indivíduos e tamanho das propriedades dos bancos de dados de 2002 e 2017, Salvador das Missões, 2019.

ha	2002		2017		Variação	
	Nº	Frequência	Nº	Frequência	Nº	Frequência
< 6,2	16	6,4%	15	6,2%	-1	-0,2%
6,2 - 12,5	50	20,1%	39	15,7%	-11	-4,4%
12,5 - 25	89	35,7%	51	20,5%	-38	-15,2%
25 - 37,2	63	25,3%	29	11,6%	-34	-13,7%
37,2 - 50	5	2,0%	8	3,2%	3	1,2%
> 50	26	10,4%	31	12,4%	5	2,0%
Total	249	100%	173	69,5%	-76	-30,5%

Fonte - Elaborado pelo autor

Sobre o núcleo familiar, em 2002 a composição variava de 2 até 12 indivíduos, sendo que a maior frequência era de 4 residentes por família, estando

presentes em 17 deles; em 2017, o núcleo familiar era composto de 1 a 7 indivíduos, apresentando maior frequência de 2 residentes por família, abrangendo 16 famílias; ou seja, além da redução do número total dos residentes houve alteração no núcleo familiar, mostrando uma composição por família em 2017 menor que em 2002.

Referentes às idades, no ano de 2002 a homogeneidade de distribuição dos indivíduos em faixas etárias era maior ao comparar com os dados do ano de 2017, o qual, demonstra claramente o envelhecimento dos indivíduos computados, pois se somados os resultados das frequências obtidas das faixas que compreendem os adultos e idosos teremos 78,6 % do total.

Tabela 3 - Distribuição de frequência das idades dos indivíduos residentes dos bancos de dados de 2002 e 2017, Salvador das Missões, 2019.

	2002		2017		Variação	
	Nº	Frequência	Nº	Frequência	Nº	Frequência
Crianças	42	16,9%	11	4,4%	-31	-12,5%
Adolescentes	27	10,8%	2	0,8%	-25	-10,0%
Jovens	21	8,4%	24	9,6%	3	1,2%
Adultos	113	45,4%	76	30,5%	-37	-14,9%
Idosos	46	18,5%	60	24,0%	14	5,5%
Total	249	100,0%	173	69,3%	-76	-30,7%

Fonte - Elaborado pelo autor

De acordo com o senso demográfico do IBGE dos anos 2000 e 2010, a população total teve um pequeno aumento, passando de 2.665 para 2.669 indivíduos, a população da área urbana teve aumento de 850 para 1.094, enquanto a área rural teve redução de 1.815 para 1.575 indivíduos. Comparando as idades de ambos os censos, são adultos que predominam, com 42,9% no ano 2000 aumentando 2,8% em 2010. Na comparação entre sexos, 50,5% no ano 2000 eram homens com aumento de 2,8% em 2010. E ainda, de acordo com indicadores demográficos de 2000 – 2018 do SEBRAE, no ano 2000 o envelhecimento era de 9,3% e em 2017 16,5%. Com isso percebe-se que houve redução no município da população residente em área rural, aumento na frequência de indivíduos do sexo masculino e envelhecimento da população, o que justifica os resultados obtidos ao comparar os bancos de dados de 2002 e 2017.

4.3 PRODUÇÃO VEGETAL DAS PROPRIEDADES

4.3.1 Cultivo de olerícolas e frutíferas para consumo familiar

Esta seção objetiva analisar o bloco da estrutura produtiva através das produções realizadas em horta e pomar pelas famílias, a fim de identificar alterações no que é produzido para autoconsumo e suas possíveis implicações.

No banco de dados de 2002, 93,1% das famílias tinham presença de horta e desses, 70,7% afirmavam ser suficientes para o abastecimento familiar, e 91,4% presença de pomar, dos quais, 63,8% acreditavam ser suficientes para o consumo familiar.

Em 2017, em quase todas famílias há registro de produção de alimentos para autoconsumo. Considerando o número total de famílias, 84,5% possuem horta e 50,0% destas acreditam que a horta atende às necessidades da família e, 87,9% das propriedades possuem pomar, sendo que 53,4% afirmam ser suficiente para o abastecimento familiar.

Os produtos cultivados com maior frequência em 2002, considerados principais, foram: repolho, cebola, alface, beterraba, cenoura, salsa, alho, tomate, couve e couve-flor, e em 2017, com exceção da couve-flor, repetiram-se as maiores frequência para esses produtos, entretanto, todos apresentaram variação com redução, sendo os cultivos de alho, cebola, salsa e couve com maior intensidade.

Tabela 4 – Distribuição de frequência das principais olerícolas produzidas em horta nos anos de 2002 e 2017, Salvador das Missões, 2019.

	2002	2017	Varição
Repolho	52	42	-10
Cebola	51	25	-26
Alface	49	42	-7
Beterraba	48	36	-12
Cenoura	48	35	-13
Salsa	48	23	-25
Alho	46	19	-27

Tomate	42	35	-7
Couve	38	15	-23
Couve-flor	36	7	-29

Fonte - Elaborado pelo autor

Além dos cultivos já mencionados, foram produzidos em menor frequência: moranga, rúcula, moranguinho, radite, pimentão, brócolis, rabanete, vagem, cebolinha e chuchu que também apresentaram redução. Também tiveram cultivos isolados de agrião e espinafre no ano de 2002 e açafrão, orégano e ervilha em 2017.

Tabela 5 - Distribuição de frequência das olerícolas produzidas em horta nos anos de 2002 e 2017, Salvador das Missões, 2019

	2002	2017	Varição
Moranga	32	8	-24
Rúcula	27	9	-18
Pimentão	26	13	-13
Pepino	26	11	-15
Moranguinho	26	8	-18
Radite	19	2	-17
Brócolis	19	7	-12
Rabanete	7	9	2
Vagem	6	3	-3
Cebolinha	3	7	4
Chu-chu	1	5	4

Fonte - Elaborado pelo autor

As principais frutíferas produzidas em pomar em 2002 e 2017 foram: laranjeira, bergamoteira, pessegueiro, videira e limoeiro, as quais, sofreram redução de frequência, sendo o limoeiro o mais afetado, onde 21 famílias deixaram de produzir. Quase todas as frutíferas cultivadas apresentaram redução de frequência, com exceção da goiabeira, que teve aumento de 1 família, a qual, não é classificada como sendo uma das principais. Entre as outras frutíferas cultivadas em pomar, reduziu-se de forma mais acentuada o cultivo de pereira, 20 famílias, tangerineira, 20 famílias, e caquizeiro, com redução de 19 famílias em relação ao ano de 2002.

Tabela 6 – Distribuição de frequência das frutíferas produzidas em pomar nos anos de 2002 e 2017, Salvador das Missões, 2019

	2002	2017	Variação		2002	2017	Variação
Bergamota	52	46	-6	Figo	31	15	-16
Laranja	52	46	-6	Caqui	30	11	-19
Pêssego	48	34	-14	Tangerina	23	3	-20
Uva	37	27	-10	Abacate	21	18	-3
Limão	36	15	-21	Maçã	20	6	-14
Pêra	31	11	-20	Goiaba	14	15	1

Fonte - Elaborado pelo autor

No banco de dados de 2017 constam frutíferas não citadas no banco de dados anterior, como bananeira, jabuticabeira, ameixeira, mamoeiro, pitangueira, mangueira, aceroleira, limeira, guaviroveira, cerejeira, nogueira e amoreira. Ainda foram encontrados cultivos isolados de butiá, maracujá, melancia, melão, abacaxi e fruta-do-conde; bem como, respostas qualitativas de que as produções são muito diversificadas, possuindo diversas frutas nativas.

Tabela 7 – Distribuição de frequência das frutíferas produzidas em pomar do banco de dados de 2017, Salvador das Missões, 2019

2017			
Banana	14	Lima	4
Jabuticaba	12	Guavirova	4
Ameixa	13	Cereja	4
Mamão	8	Nozes	3
Pitanga	7	Guabiju	2
Manga	7	Amora	2
Acerola	5	-	-

Fonte - Elaborado pelo autor

Ao se repetirem os cultivos em horta e pomar em ambos bancos de dados percebemos uma homogeneidade nas escolhas de produção, que, segundo Grisa (2007, p. 89), pode ser resultado de um conjunto de fatores, entre eles “a perda de raízes culturais, o aumento da disponibilidade de alimentos nos mercados e o acesso a estes pelas unidades familiares”.

Apesar dos principais cultivos de olerícolas e frutíferas no Município se repetirem todos apresentam redução de frequência, com isso, ressalta-se uma das preocupações apontadas por Gazolla (2004, p. 10) sobre a vulnerabilização

do autoconsumo, em que “os agricultores podem deixar de produzir alimentos aumentando a insegurança alimentar”. Através da produção para autoconsumo as famílias seriam munidas, por exemplo, da compra de alimentos externos a propriedade e esse pode ser um dos fatores que influenciam na escolha da produção de olerícolas, pois o estreitamento da relação do agricultor com o mercado pode fazer com que ele produza alimentos considerando os preços de comercialização dessas vias. Ainda podemos perceber uma maior valorização dos alimentos produzidos pelas famílias principalmente de frutíferas, pois são citadas espécies nativas e aumento em diversidade dessa produção em comparação ao ano de 2002.

Gazolla (2004, p. 75) analisa a produção para autoconsumo como sendo promotora de autonomia, a qual, faz com que o agricultor familiar “não dependa, totalmente, do ambiente social e econômico em que está inserido e, principalmente, [...] das constantes flutuações das condições de troca”. Ainda segundo o autor, a produção para autoconsumo depende do número de membros da família e da sua divisão por sexo biológico e idade, e ao partir dessa análise, um dos motivos da redução da produção para autoconsumo em 2017 pode ser atrelado à redução no número de indivíduos por núcleo familiar.

4.3.2 Transformação caseira de produtos

Outro integrante do grupo autoconsumo e do bloco da estrutura produtiva são as transformações caseiras de produtos, nesta seção objetiva-se analisar as diferenciações dessas transformações e a frequência nas famílias.

Os produtos com maiores frequências no ano de 2002 foram os mesmos encontrados em 2017, sendo: *schmier*/doce, salame, banha e conservas, e com menor frequência: queijo, melado e vinho, mas todos produtos tiveram redução de frequência ao longo dos anos.

Das produções principais a que mais apresentou redução foi a de *schmier*/doce, que teve queda de 55,2%, corresponde a 32 famílias, seguida da produção de banha com 48,3%, 28 famílias, produção de conservas com redução de 36,2%, 21 famílias, e salame com 32,8%, correspondente a 19 famílias. Dentre as produções com menor frequência é observado que a

transformação de massa caseira não foi efetuada no ano de 2017, tendo redução de 100% comparado ao ano de 2002.

Tabela 8 - Distribuição de frequência da transformação caseira de produtos em 2002 e 2017, Salvador das Missões, 2019.

	2002		2017		Variação	
	Nº	Frequência	Nº	Frequência	Nº	Frequência
<i>Schmier</i>	51	87,9%	19	32,8%	-32	-55,2%
Salame	42	72,4%	23	39,7%	-19	-32,8%
Banha	42	72,4%	14	24,1%	-28	-48,3%
Conserva	39	67,2%	18	31,0%	-21	-36,2%
Queijo	26	44,8%	10	17,2%	-16	-27,6%
Massa caseira	12	20,7%	0	0,0%	-12	-20,7%
Melado	10	17,2%	8	13,8%	-2	-3,4%
Vinho	8	13,8%	4	6,9%	-4	-6,9%

Fonte - Elaborado pelo autor

No banco de dados de 2017 foram encontrados produtos de transformação caseira não citados em 2002, como o charque, torresmo, rapadura, morcilha, nata e panificados, variando a frequência entre 1 e 4 famílias.

Os principais produtos oriundos da transformação caseira são os mesmos em ambos bancos de dados e, apesar da redução de frequência, mostram claramente a associação com a cultura predominante do Município. Segundo Grisa (2007) os produtos como *schmier* e salame são características da etnia alemã e demonstram a ligação dos povos com a cultura, passada de geração a geração em suas famílias.

4.3.3 Cultivo de pastagem para consumo animal

Dando sequência na análise da produção para autoconsumo e do bloco da estrutura produtiva temos a produção voltada ao abastecimento animal, nesta seção o objetivo é analisar estritamente o cultivo de pastagens, propulsionada pela razão de que em 2002, no ramo da pecuária, a bovinocultura de leite era uma das principais propulsoras da economia.

No ano de 2002 e 2017, para alimentação animal, foram cultivadas pastagem nativa e pastagem plantada. De acordo com os resultados, o cultivo de pastagem nativa teve redução de 27 famílias, correspondendo a 50,0%, e o cultivo de pastagem plantada apresentou aumento de 3,43%. Comparando a área destinada ao cultivo de pastagem nativa houve redução de 64 ha, enquanto a área destinada a pastagem plantada apresentou aumento de 143 ha.

Tabela 9 - Distribuição de frequência do cultivo de pastagens em 2002 e 2017, Salvador das Missões, 2019.

	2002		2017		Variação	
	Nº	Frequência	Nº	Frequência	Nº	Frequência
Pastagem nativa	51	87,9%	24	37,9%	-27	-50,0%
Pastagem plantada	32	55,2%	35	58,6%	3	3,4%

Fonte - Elaborado pelo autor

O sistema produtivo animal em 2002, segundo Thies (2019), era baseado na bovinocultura de leite e suinocultura, o qual, no ano de 2017, apresentou crescimento e intensificação na produção do leite e, por consequência, aumento na área destinada ao cultivo de pastagem.

As gramíneas são a base da alimentação animal e o planejamento da produção de pastagem, dentro de uma unidade de produção, é de suma importância, sendo esse, um dos fatores mais importantes para a manutenção dos animais (POLI; CARVALHO, 2001). Além disso, segundo os autores, o fornecimento de forragem, seja a pasto ou silagem, consegue aumentar a produtividade e elevar níveis nutricionais.

É válido ressaltar que os agricultores são agentes ativos e melhoram suas técnicas de produção através de experiências e via de capacitações. Como já pontuado no trabalho de Grisa (2007), quando há instabilidade nos cultivos destinados ao consumo animal, quer seja econômica, climática ou através do excedente, os agricultores recorrem a outros meios para sanar a alimentação dos animais.

4.3.4 Cultivo de grãos

Nesta seção o objetivo é analisar os principais grãos produzidos e suas modificações no decorrer dos anos, devido a trajetória definida e debatida no Município de Salvador das Missões.

Os principais grãos cultivados foram soja, milho e trigo no ano de 2002 e continuaram sendo em 2017. Das três culturas somente o trigo teve aumento de frequência com 1 família, as culturas soja e milho tiveram redução de 29 e 21 famílias respectivamente. Porém, ao analisarmos a área total destinada aos cultivos, percebemos aumento de 148 ha para o trigo, 107 ha para soja e 4 ha para a cultura do milho.

Tabela 10 - Distribuição de frequência do cultivo de soja, milho e trigo em 2002 e 2017, Salvador das Missões, 2019

	2002			2017			Variação		
	Trigo	Soja	Milho	Trigo	Soja	Milho	Trigo	Soja	Milho
< 6,2	0	0	3	5	5	1	5	5	-2
6,2 - 12,5	2,3	37	24	0	11	15	-2	-26	-9
12,5 – 25	8	126	71	19	29	62	11	-97	-9
25- 37,2	11,5	101	55	18	68	45	7	-33	-10
37,2 – 50	0	28	34	0	62	15	0	34	-19
> 50	25	66	33	153	290	86	128	224	53
Nº propriedades	9	49	54	10	20	33	1	-29	-21
ha total	46,8	358	220	195	465	224	148	107	4

Fonte - Elaborado pelo autor

Percebe-se também que as famílias com propriedades com área menor que 6,2 ha passaram a destinar área para cultivo do trigo e soja, mas são as famílias com propriedades com área superior a 50 ha que mais destinam área para essas culturas.

De acordo com o banco de dados de 2017, em análise do sistema de produção de grãos, no decorrer dos anos, houveram casos de interrupção no cultivo de trigo devido aos seguintes motivos: lucro da produção não cobrir os custos, ter feito substituição da área para o cultivo de pastagem, dispor de pouca área para o cultivo e arrendamento das terra. No cultivo de soja as famílias relataram interrupção e justificaram tal fato devido à disponibilidade de pouca

área de terra, especialização na produção de leite, os lucros não cobrirem os custos de produção, arrendamento de terras, pouca mão-de-obra, falta de maquinários e implementos agrícolas associados ao preço da mão-de-obra contratada e perda das terras em função da construção da barragem. O cultivo de milho foi justificado pela dificuldade do manejo da cultura, perda de área para construção da barragem, venda de terras, arrendamento e baixa lucratividade.

Anteriormente, segundo Niederle (2007), o trigo e soja produzidos pelos colonos eram variedades rústicas destinadas ao consumo animal e, após 1960, passou à lógica de mercado, ocupando áreas destinadas ao milho, mandioca e outras produções voltadas ao abastecimento familiar. Desta forma, a região noroeste do Rio Grande do Sul consolidou o binômio trigo-soja, passando pela “substituição forçada do sistema policultor da agricultura colonial por uma nova forma de produção, dependente do mercado global de *commodities*” (NIEDERLE; 2007, p. 75).

Em concordância, Grisa (2007, p. 29) cita:

A partir desta nova lógica que orienta o processo produtivo, as unidades familiares intensificam seu ritmo de trabalho, passam a dar preferência aos “cultivos comerciais”, independentes do princípio da alternatividade, e especializam-se em poucas culturas, diferentemente do sistema policultura-pecuária antes praticado.

Outra preocupação é o estreitamento das famílias com a indústria e mercado, Schneider e Niederle (2008, p. 995) apresentam a análise sobre o processo de mercantilização, que:

“crescente da vida social e econômica leva a uma crescente interação e integração das famílias aos mercados. Como resultado, reduz-se consideravelmente a sua autonomia, já que passam a depender da compra de insumos e ferramentas para produzir e da venda da produção para arrecadar dinheiro que lhes permita reiniciar e reproduzir o ciclo. Neste contexto, as estratégias de reprodução social das famílias rurais tornam-se cada vez mais subordinadas e dependentes do exterior, quer seja dos mercados de produtos ou mesmo dos valores e da cultura.

Percebe-se com isso que, apesar da redução de frequência, a soja, o trigo e o milho, são culturas que apresentam padrões de produção de *commodities*, inviabilizando por vezes seu cultivo em área mais reduzidas de tamanho, além

da dependência de tecnologia necessária para obtenção de resultados de produtividade satisfatórios para comercialização.

4.4 POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTADO

4.4.1 Acesso a crédito e financiamento

Esta seção tem como objetivo analisar o bloco das políticas públicas e o Estado, mais precisamente o acesso a crédito ou investimento e a possível interação com a produção para autoconsumo.

No ano agrícola 2001-2002, 37 famílias obtiveram financiamento ou empréstimo, as quais registaram 38 acessos na modalidade custeio e 17 na modalidade investimento. No ano agrícola de 2016-2017 totalizaram 19 famílias que acessaram financiamento ou empréstimo, desses casos, 21 acessos foram na modalidade custeio e 12 na modalidade de investimento.

Ao comparar ambos anos agrícolas, percebemos redução do acesso a financiamento ou empréstimo de 18 famílias, na modalidade custeio redução de 17 e investimento em 5. Analisando o número total de famílias e a frequência nas modalidades, houveram casos de sobreposição em ambos os anos.

Tabela 11 – Distribuição de frequência do acesso a custeio e investimento e tamanho das propriedades dos anos 2002 e 2017, Salvador das Missões, 2019

	2002		2017		Variação	
	Custeio	Investimento	Custeio	Investimento	Custeio	Investimento
< 6,2	-	-				
6,2 - 12,5	7	8	3	0	-4	-8
12,5 – 25	19	4	6	4	-13	0
25- 37,2	7	4	5	2	-2	-2
37,2 – 50	2	0	3	1	1	1
> 50	3	1	4	5	1	4
Total	38	17	21	12	-17	-5

Fonte - Elaborado pelo autor

O acesso à modalidade investimentos passaram a ser mais frequentes nas famílias com propriedades com área maior que 50 ha e, na modalidade custeio, apesar da redução, predominam as famílias com propriedades de 12,5

até 25ha. Famílias com propriedades com área menor que 6,2 ha não obtiveram acesso nas modalidades de custeio ou investimento em nenhum dos anos.

Em 2002, a fonte dos custeios e investimentos foram bancos, cooperativas, Pronaf e fundo municipal. Para custeio, 7 foram subsidiados através de bancos, 2 por cooperativas, 27 pelo Pronaf e 2 por outras vias. Na modalidade investimento, 4 foram provenientes de bancos, 1 por fundo municipal e outros 2 por vias diferentes das citadas. Em 2017, as fontes dos custeios foram de bancos, cooperativas e Pronaf, onde: 12 foram subsidiados através de bancos, 5 pelo Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e 4 por cooperativas. Dos investimentos 7 foram acessados através de banco e 5 por cooperativas.

Em 2002, dentre as finalidades de custeio e investimento tanto agrícolas como pecuária, o maior destaque foi para lavouras de trigo, milho e soja, e além dessa, foram citados custeio de sementes e insumos agrícolas, produção de pastagem, recuperação de solos, investimentos nas produções de bovinocultura de leite, suinocultura, reformas de benfeitorias e aquisição de máquinas e implementos agrícolas. Em 2017, os custeios com finalidade agrícola foram utilizados para produção de trigo, milho, soja e insumos agrícolas, e pecuário, para suinocultura e bovinocultura de leite, dos investimentos as finalidades concentraram-se na aquisição de maquinários e implementos agrícolas, veículos e acesso ao banco da terra. Observando ambos os anos se percebe a necessidade de analisar a estrutura produtiva, pois há ligação da escolha da produção e área destinada, como pastagens para bovinocultura de leite e grãos, pois ambos são cultivos que recebem capital dos custeios e investimento.

Houve aumento dos custeios oriundos de bancos e cooperativas e redução acentuada dos que tinham como fonte o Pronaf. Sobre os investimentos, ocorreu aumento na frequência dos bancos e cooperativas. Percebemos ainda que o acesso às modalidades crédito e investimento restringe-se a um grupo limitado, que não abrange todas as classes.

O aumento da frequência das cooperativas como fonte de financiamento ou empréstimo talvez possa ser atribuída devido a característica dessas instituições não objetivarem o lucro e sim atingir objetivos socioeconômicos de seus membros (TAYLOR, 2006), considerando a afirmativa, as taxas de juros tendem a ser menores e mais atrativas aos agricultores. Ainda segundo Freitas

et. al. (2012), a alternativa do microcrédito, a qual é trabalhada pelas cooperativas, surgiu para sanar a demanda dos agricultores que ficavam fora do escopo das políticas nacionais de crédito rural e do sistema bancário nacional, abrangendo uma gama diferenciada de agricultores.

No que se refere ao Pronaf, Bittencuort (2003), Toledo (2009) e Silva (2012) pontuam que esse programa é resultado das reivindicações dos grupos de trabalhadores rurais que pautavam o fortalecimento da agricultura familiar com o intuito de criar condições adequadas para viabilização socioeconômica e, visto como estratégia, elegeram o crédito rural diferenciado como propulsor de um novo desenvolvimento agrícola elencado a políticas complementares. Entretanto, no decorrer de sua implementação e após avaliações, alguns resultados apresentaram impactos como maior dependência dos agricultores pelo mercado e que, de forma alguma foram políticas emancipadoras. Vale ressaltar que, cerca de 73% dos recursos disponibilizados e contratados pelo PRONAF tem concentração no sul do país (GURA, et. al., 2017, p. 66).

Delgado e Bergamasco (2017) ao citar Aquino e Schneider (2010) pontuam que, os agricultores que acessam ao crédito e financiamento de agências tendem a operar de forma a privilegiar a lógica de mercado, tornando-se subordinados. Segundo Schneider e Niederle (2008), as famílias tem condições de se integrar e reproduzir sem se desintegrar ao mercado e se decompor. Mas fazem a ressalva de que as relações econômicas e sociais são dadas enlaçadas ao mercado e é essa relação que coloca em prova a resistência da agricultura familiar enquanto organização autônoma.

4.4.1.1 Relação com a produção para autoconsumo

No ano de 2002, as maiores frequências de horta e pomar eram nas famílias que acessavam ao financiamento ou empréstimo. Em 2017, as maiores frequências de horta e pomar passaram para as famílias que não possuíam vínculo de acesso a financiamento ou empréstimo. Portanto, não tem relação entre as variáveis.

Tabela 12 - Distribuição de frequência entre a presença de horta e pomar e acesso a financiamento ou empréstimo nos anos de 2002 e 2017, Salvador das Missões, 2019

		2002		2017	
		Horta	Pomar	Horta	Pomar
Financiamento ou empréstimo	Sim	37	34	16	17
	Não	17	19	33	34
Total		54	53	49	51

Fonte - Elaborado pelo autor

Segundo Gazolla, Grisa e Schneider (2010), a produção para autoconsumo é relacionada às condições técnicas de produção, capital disponível, acesso ao crédito e assistência técnica. Desta forma, baseado na afirmação dos autores citados, esperava-se que o acesso a empréstimos e investimento otimizasse o trabalho exercido pelas famílias, ocorrendo aumento do tempo de mão-de-obra destinado a produção para autoconsumo, isso devido a promoção de uma maior tecnificação e injeção de capital nas propriedades via custeio ou investimento.

Por fim, o acesso a crédito e investimento, no ano de 2017, não impactou na produção para autoconsumo, entretanto podemos perceber que a finalidade é restrita com foco em produções que são comercializáveis e que as maiores frequências são encontradas nas famílias que detêm propriedades com maiores áreas.

4.4.2 Programas acessados no período de 2002 a 2017

Esta seção tem como objetivo analisar o banco de dados de 2017 a fim de encontrar relatos de casos de famílias que acessaram algum tipo de programa no período de 2002 a 2017; é válido ressaltar que neste espaço temporal surgiram novas iniciativas e programas destinados a agricultura familiar.

No decorrer de 2002 a 2017, houveram 2 casos de comercialização através do Programa de Aquisição de Alimento (PAA)¹ e 1 caso de

¹ O PAA teve início em 2003, trata-se do primeiro programa de compras públicas com uma orientação exclusiva para a agricultura familiar, articulando-a explicitamente com a segurança alimentar e nutricional (GRISA; PORTO, 2015, p. 163).

comercialização via Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), os quais interromperam a ligação com os programas devido a cortes nas licitações. Esperava-se que o número de famílias com acesso a estes programas entre os anos 2002 e 2017 fosse maior, considerando que são 58 famílias e que ambos são voltados a agricultura familiar.

4.4.2.1 Relação com a produção para autoconsumo

Sobre a relação dos programas com a produção para autoconsumo observa-se que as três famílias que acessaram ao PAA e PNAE possuem horta e pomar. Em concordância, segundo Grisa e Schneider (2015, p. 39), as ações do PAA e PNAE “tem contribuído para a valorização da produção local/regional, ecológica/orgânica e tem ressignificado os produtos da agricultura familiar”.

Tabela 13 – Distribuição de frequência sobre a presença de horta e pomar e acesso ao PAA e PNAE do banco de dados de 2017, Salvador das Missões, 2019

Programas	2002-2017				Total
	Possui horta		Possui pomar		
	Nº	Frequência	Nº	Frequência	
PAA	2	100%	2	100%	2
PNAE	1	100%	1	100%	1
Total	3	3,5%	3	3,5%	58

Fonte - Elaborado pelo autor

4.4.3 Benefícios sociais

Nesta seção pretende-se expor quais benefícios são acessados pelos agricultores em ambos os anos, analisar quais as diferenças e se há presença de relação entre o recebimento de benefícios e a produção para autoconsumo.

No banco de dados gerado no ano de 2002 constam 58 agricultores que receberam algum tipo de benefício. Desses casos, 54 receberam aposentadoria, 3 casos de recebimento de pensão e 1 de aposentadoria e pensão de forma associada. Em 2017 o número total de beneficiários aumentou para o total de 74

casos, tendo acréscimo do tipo auxílio doença além dos outros tipos já citados. Dos casos de 2017, 52 recebem aposentadoria, 3 recebem pensão, 15 tem os benefícios aposentadoria e pensão associadas, 3 recebem auxílio doença e 1 recebe outro tipo de benefício.

Quanto ao gênero dos beneficiários, em 2002 a porcentagem de mulheres era de 48,3% e homens 51,7%, passando em 2017, para 59,5% de mulheres e 40,5% de homens, os quais, inseriram toda renda ou parcialmente dela nas atividades produtivas das propriedades. De acordo com o trabalho de Grisa (2007), as famílias que tem presença de mulheres aposentadas possuem valor na produção de autoconsumo superior em comparação às famílias que não possuem.

Tabela 14 – Distribuição de frequência do tipo de benefício e tamanho das propriedades dos anos de 2002 e 2017, Salvador das Missões, 2019

	2002				2017					Total
	Aposentadoria	Pensão	Aposentadoria + pensão	Total	Aposentadoria	Pensão	Auxílio doença	Outro benefício	Aposentadoria + pensão	
< 6,2	0	0	0	0	3	0	0	0	4	7
6,2 - 12,5	11	1	1	13	16	1	2	0	4	23
12,5 – 25	27	1	0	28	12	1	1	0	3	17
25- 37,2	10	1	0	11	10	0	0	0	3	13
37,2 – 50	1	0	0	1	4	1	0	1	0	6
> 50	5	0	0	5	7	0	0	0	1	8
Total	54	2	1	58	52	3	3	1	15	74

Fonte - Elaborado pelo autor

Uma das características da agricultura familiar, segundo Abramovay (2007, p.15), é a combinação de rendas internas e externas ao estabelecimento, o qual, mesmo sob uma maior magnitude das rendas não agrícolas, continua tendo a gestão, a posse da terra e o trabalho realizado em seu interior organizados em base familiar; tendo o Estado, influência maior que em qualquer outro campo da vida econômica.

4.4.3.1 Relação com a produção para autoconsumo

Em 2002 e 2017, as frequências das famílias que possuem horta e pomar foram maiores quando em presença de indivíduos que recebem benefícios ao comparar as frequências das que não recebem.

Tabela 15 – Distribuição de frequência entre a presença de horta e pomar e o recebimento de benefícios dos anos de 2002 e 2017, Salvador das Missões, 2019

		2002		2017	
		Horta	Pomar	Horta	Pomar
Recebe Benefícios	Sim	33	34	41	41
	Não	21	19	8	10
	Total	54	53	49	51

Fonte - Elaborado pelo autor

Ao analisar separadamente as famílias com beneficiários e a presença de horta e pomar, do total de 32 famílias somente com beneficiários aposentados, 30 têm horta e 31 pomar; a única família com pensionista tem horta e pomar e as que tem ambos beneficiários somam o total de 3, sendo que 2 possuem horta e pomar.

Tabela 16 – Distribuição de frequência entre a presença de horta e pomar e os beneficiários do banco de dados de 2002, Salvador das Missões, 2019

2002			
	Horta	Pomar	Total
Aposentados	30	31	32
Pensionistas	1	1	1
Ambos	2	2	3
Total	34	33	36

Fonte - Elaborado pelo autor

O trabalho tem divisão de gênero e idade no campo, e impacta à produção para o autoconsumo. Em relação ao trabalho, segundo Niederle (2007, p. 123):

as mulheres geralmente assumem os serviços domésticos, a produção para o autoconsumo e outras atividades produtivas específicas, como a ordenha. Em outras atividades seu trabalho aparece como ajuda. Os homens, por sua vez, se responsabilizam pelo “serviço da lavoura” e ajudam as mulheres nas atividades pelas quais ela é responsável. Os idosos comumente aparecem em serviços peculiares, que não exigem trabalho pesado, se responsabilizando por atividades “secundárias”.

Ainda segundo o autor, são os agricultores com mais idade que evidenciam o valor moral do colono, mantendo vivos os costumes, tradições e elementos de estilos de agricultura. A produção para autoconsumo detêm valores culturais, os quais, podem ter reflexo de evidência pela parcela de indivíduos mais velhos.

5. CONCLUSÃO

As análises dos bancos de dados gerados nos anos de 2002 e 2017 apontam modificações nas unidades domésticas, estruturas produtivas e quanto ao acesso a políticas públicas e iniciativas promovidas pelo Estado, com alterações nos tamanhos de área das propriedades, número de indivíduos por núcleo familiar, idades e gênero, acesso a crédito e investimento e produções de alimentos para consumo familiar.

No período de quase 15 anos ocorreu no Município de Salvador das Missões-RS a concentração de famílias com propriedades com tamanho de área superior a 50 ha e distribuição de frequência não homogênea de acesso a crédito e financiamento pelas famílias, sobressaindo-se novamente as que detinham áreas superiores a 37,2 ha. As consequências de tais fatos podem levar a desagrarização, concentração da terra, do capital e da produção.

Para o abastecimento familiar, as principais olerícolas e frutíferas cultivadas em 2017 continuam sendo as mesmas do ano de 2002, demonstrando homogeneidade nas produções. Todos os cultivos apresentaram redução de frequência que pode ser ocasionada pela redução no número total de indivíduos por núcleo familiar, pois observa-se, ao mesmo tempo, aumento na valorização dos alimentos produzidos para autoconsumo em horta e pomar em comparação ao ano de 2002.

Sobre a transformação caseira de produtos, percebe-se a presença dos principais produtos em ambos os anos, sendo o salame, *schmier*, conserva, banha e queijo, que trazem consigo uma tendência cultural da escolha desses alimentos para beneficiamento devido a presença de traços da etnia alemã.

Todas políticas públicas apresentam um ciclo em comum, ao observarmos o Pronaf, PAA e PNAE e suas trajetórias neste Município, percebemos a diminuição expressiva da adesão a esses programas, que são voltados a parcela de agricultores caracterizados como familiares, esses resultados podem levar a uma possível análise sobre a exaustão, obsolescência ou apenas do quanto esses programas conseguem abranger as condições dos agricultores atualmente.

Sobre o bloco das políticas públicas e o papel do Estado percebe-se que o acesso a custeio e investimentos tem ligação direta com produções comercializáveis, como a produção de soja, milho e trigo, além da produção de pastagem em conjunto com o aumento da tecnificação e investimento na bovinocultura de leite e não apresenta interação com a produção para autoconsumo, fazendo com que se ressalte o questionamento sobre a real autonomia que as políticas acessadas oferecem aos agricultores.

A interação entre a produção de alimentos para autoconsumo, realizada em horta e pomar, e o eixo das políticas públicas somente foi observada nos casos de acesso a benefícios, como: aposentadoria, pensão, auxílio doença e outros, ou seja, a presença de horta e pomar tem maior frequência quando se tem residentes beneficiados nas propriedades, essa ligação pode ser devido a injeção de renda advinda dos benefícios nas propriedades, devido as idades serem mais elevadas e carregarem traços culturais ou ainda quanto ao gênero desses beneficiados.

A produção para autoconsumo no contexto da agricultura familiar continua sendo um debate atual, por representar a autonomia das famílias, entretanto, é necessário a criação de novas políticas e iniciativas que continuem fortalecendo essa categoria, promovendo espaços de acolhimento e desenvolvimento principalmente nos Município em que possuem majoritariamente estabelecimentos rurais caracterizados como familiares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo, Edusp, Ed. 3, 2007.
- ALMEIDA, J; MACHADO, J. A. D. (Org) **Desenvolvimento rural no Cone Sul. e-book**. Porto Alegre: Associação Holos Meio Ambiente e Desenvolvimento. P. 365, 2009.
- BITTENCOURT, G. A. **Abrindo a caixa preta: O financiamento da agricultura familiar no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente) – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. São Paulo. 2003.
- BRANDEMBURG, A. Do rural tradicional ao rural socioambiental. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 13, n. 2, p. 417-428, 2010.
- BORBA FILHO, M. F. **O papel do Ministério Público no Ciclo das Políticas Públicas**. Publicação da Escola da AGU, 2012.
- CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.
- CONTERATO, M. A. **Dinâmicas regionais do desenvolvimento rural e estilos de agricultura familiar: uma análise a partir do Rio Grande do Sul**. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- DA SILVA, R. N. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil: o caso do programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF). **XXI Encontro nacional de geografia agrária**. Uberlândia- MG. UFU, 2012.
- DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Orgs.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.
- FERNANDES, B. M. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M.(Edit) **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, p. 173-224, 2008.
- FREITAS, A. F; AMOEDO, N. B. P.; SILVA, F. D. **Crédito solidário e desenvolvimento local: o caso da cooperativa de crédito da agricultura familiar e economia solidária de araponga – MG**. Desenvolvimento em Questão. Ed. Unijuí, n. 19, ano 10, 2012, p. 103-131.
- GARCIA FILHO, D. P. **Análise diagnóstico de sistemas agrários**. Guia metodológico, INCRA/FAO, Brasília, 1999, 65 p.
- GAZOLLA, M. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: Uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS**. 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 43-81, 1997.

- GRISA, C. **A produção “pro gasto”: um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul**. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- GRISA, C. Para além da alimentação: papéis e significados da produção para autoconsumo na agricultura familiar. Universidade Federal de Santa Maria: **Revista Extensão Rural**. p. 5-35, 2007.
- GRISA, C.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A “produção invisível” na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. **Agroalimentaria**. vol. 16, n. 31, p. 65-79, 2010.
- GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre. Editora: UFRGS, Ed. 1, 2015.
- GURA, A. et. al. **Políticas Públicas de Desenvolvimento da Agricultura Familiar no Brasil**. VII Congresso Brasileiro de Engenharia de Produção-APREPRO, Ponta Grossa, p. 1-11, 2017.
- HAMMERSCHMITT, F. R. **Área de terra e diversidade produtiva no Município de Salvador das Missões-RS**. 2018, 52 p. Trabalho de conclusão de curso - Universidade Federal da Fronteira Sul, Cerro Largo, 2018.
- LIMA, A. J. P. et. al. **Plano estratégico de desenvolvimento agrícola do município de Salvador das Missões – RS**. Ijuí: UNIJUI, 2007.
- MACHADO, J. T. M. et. al. **Situação e perspectivas da agricultura do Município de Cerro Largo (RS): um estudo baseado na análise diagnóstico de sistemas agrários**. Anais, Congresso da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção (SBSP), v. 11, p. 1-15, 2016.
- MIGUEL, L. A. Evolução e diferenciação de sistemas agrários, desenvolvimento rural e a história da agricultura no Brasil. p 29-39 In.: ALMEIDA, J. (Orgs) **Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural: percepções e perspectivas no Brasil e Moçambique**. Porto Alegre: UFRGS Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2009.
- MOTTER, A. F. C. Colonização europeia no nw do Rio Grande do Sul: primeiros sinais de desequilíbrios ambientais. **Mercator**, Fortaleza, v. 14, n. 1, p. 105-112, 2015.
- NASCIMENTO, C. A. **Pluriatividade, pobreza rural e políticas públicas**. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Unicamp, Campinas-SP, 2005.
- NIEDERLE, P. A. **Mercantilização, Estilos de Agricultura e Estratégias Reprodutivas dos Agricultores Familiares de Salvador das Missões, RS**. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- PADILHA, P. R. P.; TRENTIN, I. C. L. Reconstituição Sócio-Econômica da Região das Missões/RS. **SOBER**. v. 3, n. 07, 2013.

POLI, C. H. E. C, CARVALHO, P. C de F. Planejamento alimentar de animais: propostas de gerenciamento para o sistema de produção à base de pasto. **Pesquisa Agropecuária Gaúcha**, v. 7, n. 1, p. 145-156, 2001.

RISK, S. S. A. **A imigração alemã na região de Santa Rosa – 1890 a 1930**. 2016. 32 p. Trabalho de conclusão de curso – UNIJUÍ, Ijuí, 2016.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre. SciELO- Editora da UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-121, 2003.

SCHNEIDER, S. Reflexões sobre diversidade e diversificação agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. **Revista do Centro de Estudos Rurais-UNICAP**, Campinas. v. 4, n. 1, 2010.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, v.30, nº 3, p. 511-531, 2010.

SCHNEIDER, S. A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil. **Revista de política agrícola**. v.16, n. 3, p. 14-33, 2007.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

SCHNEIDER, S. e CASSOL, A. **A agricultura familiar no Brasil**. Porto Alegre: RIMISP(Relatório de Pesquisa FIDA POBREZA Y DESIGUALDAD), 2013.

SCHNEIDER, Sergio; NIEDERLE, Paulo, André. **Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura**. In: FALEIRO, Fábio, Gelape. e FARIAS NETO, Austeclinio, Lopes. (ed.) **SAVANAS: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais**. Planaltina-DF, Embrapa Cerrados, p. 989-1014, 2008.

SCHNEIDER, S.;MATTEI, L.; CAZELLA, A.A. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf-Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil**, Porto Alegre, 2004, p. 21-50

SECCHI, L. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

STEFANELLO, M. M. et. al. Modificações na paisagem decorrentes da construção da usina hidrelétrica São José, região noroeste do Rio Grande do Sul. **Enciclopédia Biosfera**, v. 11, n. 22, p. 2254-2267, 2015.

SILVA, S. P. **Políticas públicas, agricultura familiar e desenvolvimento territorial: uma análise dos impactos socioeconômicos do PRONAF no Território Médio Jequitinhonha-MG**. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), p. 7-35, 2012.

THIES, V. F. **Estilos de agricultura familiar e desenvolvimento rural no noroeste gaúcho: uma análise longitudinal**. Projeto de pesquisa para exame de qualificação. Porto Alegre, p 77, 2017.

TOLEDO, E. N. B. **O PRONAF em Salvador das Missões: contradições de uma política de crédito**. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

WOLF, E. **Sociedades camponesas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

WANDERLEY, M. N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. XX Encontro Anual da ANPOCS. Gt 17. Processos sociais agrários. Caxambu, MG, 1996.